

-----**ACTA Nº 3/2009**-----

-----**DA REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA DE 2 FEVEREIRO 2009**-----

-----Aos dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Baptista Vidinha e José Carlos da Silva.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Verificou-se a assistência de público e da imprensa. -----

-----PERÍODO DO PÚBLICO - O Senhor Presidente perguntou à assistência se havia alguém que quisesse usar da palavra. -----

-----Usou da palavra o Senhor Vítor Figueiredo, Advogado, que leu o requerimento que abaixo se transcreve cujo original entregou ao Senhor Presidente: "Vítor Figueiredo, Advogado, em escritório na rua Drº Guilherme Nunes Godinho, número quinhentos e oito, primeiro andar direito R, em Fazendas de Almeirim, contribuinte fiscal nº 158487192.-----

-----Se este ponto se referir á parcela de terreno no gaveto da Rua Padre Eduardo Rodrigues da Silva e Rua Dr. Guilherme Nunes Godinho em Fazendas de Almeirim, propriedade da Família Cocharro.-----

-----Solicito os seguintes esclarecimentos:-----

-----Tendo em conta que durante as conversações com a Família foi sempre solicitada, á mesma a área de vinte metros quadrados

para construção da rotunda, porque foi abandonado ao anterior projecto e exigir-se agora a área de mais de trezentos metros quadrados.-----

-----Fez a família alguma contraproposta em relação aos valores agora enunciados pela Câmara? De quanto? E como chegou a Família a esses valores?-----

-----Porque se abandonou as negociações?-----

-----Porque não está a Família Cocharro a ser tratada como a Família Bastos e a Família do Sr. Guilherme Botas, nos terrenos para o dito "Centro Escolar de Fazendas" e para a dita "Casa da Cultura de Fazendas", respectivamente? Em que facilmente se chegou aos acordos.-----

-----Nestes casos também houve avaliação de avaliador judicial?-----

-----Se sim, pagou a Câmara só o que foi determinado?-----

-----Almeirim, dois de Fevereiro de dois mil e nove."-----

-----O Senhor Manuel Lucas que alertou novamente para a substituição das lâmpadas fundidas nos semáforos, e referiu que os arranjos efectuados nas traseiras dos prédios construídos pela Câmara sitos na Rua dos Aliados, foram mal executados.-----

-----  
-----

-----**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No período antes da Ordem do Dia o Senhor Presidente perguntou se algum dos Autarcas queria fazer uso da palavra.-----

-----Pedi o uso da palavra a Senhora Vereadora Manuela Cunha que disse que gostaria de saber quando é que o Senhor Presidente dá resposta às pessoas sobre a matéria do Aviso publicado no Diário da República relativas ao Estabelecimento Prisional, em segundo lugar, gostaria de saber, porque é que ainda não veio a proposta de adjudicação definitiva do fornecimento de refeições confeccionadas. É que já passou um mês e meio sobre a aprovação intenção definitiva de adjudicação e ainda não se deu o passo; Em terceiro lugar quero perguntar ao Senhor Vice-Presidente se não tem nada para me entregar, se já tem a cópia do parecer da CCDRLVT relativa à limpeza da Ribeira de Muge, que ficou de lhe

entregar em Julho passado. Em quarto lugar gostaria de saber que medidas foram tomadas em relação às entradas das garagens dos prédios sitos na Avenida D. João IV, para garantir que nenhuma criança venha a ter um acidente grave".-----

-----Às quinze horas e sete minutos entrou o Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----Usou da palavra do Senhor Vereador Francisco Maurício que leu a intervenção que a seguir transcrevo e cuja cópia me entregou:-----

----- " Um - Apoio Jurídico - Tomei conhecimento, através da comunicação social, no jornal "O Mirante", que: Presidente da Câmara de Almeirim entrega pedido de apoio jurídico de Francisco Maurício a inspectores da IGAL-----

----- "O presidente da Câmara de Almeirim pediu a intervenção dos inspectores da IGAL (Inspeção-Geral da Administração Local), que estão a proceder a uma fiscalização ordinária à autarquia, no caso do apoio jurídico ao vereador eleito pelo PS, Francisco Maurício, mas com quem está incompatibilizado. Sousa Gomes (PS) quer ver esclarecido se o vereador tem direito a receber da autarquia as despesas que tem com um processo que intentou contra a própria câmara no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (TAFL). Sousa Gomes pediu também um parecer dos serviços jurídicos do município que ainda não foi entregue, segundo garantiu, continuando a afirmar que tem muitas dúvidas em relação à legitimidade do vereador em ser ressarcido. Tendo em conta que não tem cargos executivos. Sousa Gomes pretende que a situação, ao ser analisada pelos inspectores, seja plasmada no relatório da inspecção, que estava programada realizar-se no ano passado mas que só agora está a decorrer, e assim sirva de referência a situações idênticas futuras."-----

----- Quero denunciar a gravíssima e ilegítima intromissão do presidente da Câmara na acção das inspectoras do IGAL ao tentar limitar e intimidar a sua acção fiscalizadora, nomeadamente

fazendo propaganda jornalística ao afirmar que lhe foi entregar a minha apresentação de apoio jurídico a que tenho direito como autarca nos termos da Lei.-----

----- Há que perguntar ao senhor presidente da câmara se também levou os seus, a não ser que os tenho pago do seu bolso, aliás aquilo que terá que fazer nalguns processos que decorrem, onde agiu por dolo ou negligência.-----

----- Por outro lado afirma que esta inspecção é apenas uma inspecção ordinária, quando de facto, a mesma acontece por determinação do senhor procurador-geral da república, de acordo com esta comunicação.-----

----- Infelizmente nenhum jornalista fez estas perguntas ao senhor presidente da câmara.-----

----- Por outro lado, o senhor presidente da câmara tenta intimidar-me ao colocar hoje na ordem de trabalhos o meu pedido de apoio jurídico. -----

----- Acho que fez muito bem! É uma solicitação legal e eu tenho direito a esse apoio. Quero no entanto que fique registado que até hoje o senhor presidente que tem usado e abusado do apoio jurídico, com muitas duvidas de legalidade, nunca se dignou cumprir a Lei: apresentar ao executivo essas despesas.-----

----- Aproveito a oportunidade para o informar que ao abrigo da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho.-----

----- Artigo 20.º - Protecção penal Os eleitos locais gozam da protecção conferida aos titulares dos cargos públicos pelo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 65/84, de 24 de Fevereiro. Artigo 21.º - Apoio em processos judiciais Constituem encargos a suportar pelas autarquias respectivas as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respectivas funções e não se prove dolo ou negligência por parte dos eleitos. Entrego, pois, a Vª Exª os documentos respeitantes ao pagamento da Taxa de Justiça, no valor de cento e noventa e dois euros, respeitante ao Processo 28/08.2TAALR (constituição como assistente, apresentação de requerimento e constituição de

advogado). Este processo diz respeito à violação e divulgação criminosa da minha correspondência pessoal, enquanto Vereador desta Autarquia. Já agora e porque de apoio judicial se trata, recordo que foi aprovado em reunião de Câmara o apoio jurídico, no âmbito do Processo 283/07.5TAALR, que opõe a sua Chefe de Gabinete a mim e à Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Vidinha, enquanto membros de Júri.-----

-----Dois - Resposta do senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais - Como não é novidade para nenhum de nós, a atitude do Senhor Presidente da Câmara atenta contra a dignidade de todos nós, eleitos para este executivo e desrespeita as funções em que estamos investidos, o senhor presidente não responde aos nossos requerimentos A negação, por parte do Senhor Presidente da Câmara, desse direito constitucional e legalmente garantido aos vereadores, nesta como noutras pretensões anteriormente apresentadas, pode, se persistir, configurar a eventual prática dos crimes de violação da lei e de abuso do poder ou ainda dos crimes públicos de coacção contra órgãos constitucionais e de denegação da justiça.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara ainda não satisfaz estas pretensão, legitimamente apresentada pelos autarcas, legitimidade que lhes advém quer da sua condição de autarcas com os direitos e deveres que resultam da legislação específica que baliza os seus cargos, quer do princípio da administração aberta e do livre acesso consagrado como um direito de todas as pessoas pelo artigo 268º da Constituição da República, pelo artigo 65º do Código do Procedimento Administrativo, pela Lei nº. 65/93, de 26 de Agosto, e por abundante jurisprudência produzida pelo Tribunal Constitucional e pelo Supremo Tribunal Administrativo.-

-----A conduta do Senhor Presidente da Câmara corresponderá também à tentativa de ocultar o que deve ser transparente e de cercear o direito fundamental à informação, e à desconsideração pelos princípios da transparência, da imparcialidade, da justiça, da proporcionalidade, da colaboração e da participação, pelos quais se pauta a Administração.-----

-----MAS ACONTECEU QUE ESTA SEMANA RECEBI UMA CARTA DO SENHOR SECRETÁRIO de Estado das Autarquias Locais.-----

-----Em primeiro lugar, quero notar a data do parecer da firma Montalvo - Advogados: doze de Dezembro de dois mil e oito, para dar cobertura legal a Despachos de dois mil e quatro. No mínimo será estranho.-----

-----Esta resposta só pode ter sido engano ou então o senhor membro do Governo está farto das atitudes deste presidente de câmara. É a única razão que vejo para receber esta carta, que em anexo trazia, unicamente, a resposta do senhor presidente da câmara ao Procurador da Republica do Tribunal de Leiria, a propósito da desobediência a decisões do Tribunal de Coimbra, já transitadas em julgado e que este remeteu para o Tribunal de Leiria, para nos termos da Lei promover a acção de perda de mandato do senhor presidente da câmara.-----

-----Noto também que o ofício do Sr. Presidente contém este texto, digno de se saber: .... Os vereadores queixoso ( o "os" é exactamente com está escrito) apesar de ter sido eleito como candidato na minha lista (eu a pensar que tinha sido na lista do Partido Socialista..), nas últimas eleições para a Câmara Municipal de Almeirim, divergências de ordem funcional provocaram a guerrilha politica que me vem movendo, desde há cerca de dois anos, por todos os meios ao seu alcance."-----

-----De uma vez por todas, não lhe movo qualquer tipo de guerrilha, o senhor sempre gostou das tricas politicas, não conte comigo para isso. A minha única motivação é a observância da legalidade, a prossecução do interesse público, os princípios da justiça, da igualdade e da imparcialidade, entre outros, que deviam estar presentes em todos os actos e que o senhor não sabe o que é.-----

-----O dever de um autarca é prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos -----

-----Os autarcas no exercício das suas competências e funções, estão vinculados, não só ao cumprimento da Lei, mas também a "

fazer cumprir as normas constitucionais e legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos no âmbito das suas competências" (Lei n.º 29/87, de 30 de Junho) e a " observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem-----

-----Mas para si isto é chinês, o senhor entende que está acima da Lei. Mas olhe que não!-----

-----Já agora lembro-lhe que as últimas sentenças condenatórias e transitadas em julgado são de trinta e um de Maio de dois mil e seis, de dez de Setembro de dois mil e sete e de trinta e um de Outubro de dois mil e sete, portanto esqueceu que esses despachos que diz ter dado de dois mil e quatro são antes destas sentenças.-----

-----Também é interessante, e mais uma vez, dado não termos dúvidas que este senhor advogado Montalvo é o chamado "papa pareceres" desta autarquia. Quanto terá já recebido? Mais tarde ou mais cedo vamos saber quanto terá cobrado este advogado, mas certamente este parecer foi pago do bolso do senhor presidente, porque nesta situação de "crime de desobediência" o senhor presidente da câmara não tem direito a apoio judicial, ou não será assim? É que se foi a câmara a pagar é melhor que o senhor faça a restituição, antes que eu vá comunicar às senhoras inspectoras do IGAL, que estão cá, por determinação do Procurador-geral da Republica ou também não será assim?-----

-----Bem sei que o senhor entende que "não temos competências fiscalizadoras sobre a sua actividade ...". Entende o senhor mas não a Lei ..."que não há decisões geradoras de custos, nem violação dos princípios da inscrição orçamental e do cabimento prévio..." Como é que o senhor tem pago ao advogado Montalvo e as despesas que o senhor tem feito com a sua prisão nos Gagos, entre muitas outras despesas. -----

-----Isto foi o que o senhor afirmou ao Procurador da República em Abril de dois mil e oito, de lá para cá ainda não aprendeu nada!-----

-----Perante esta carta do Secretário de Estado, não entendi,

porque me foi enviada, a não ser que por engano ou então está farto deste senhor e quer que eu continue exigir que ele cumpra a Lei. Mas acontece que não sou o Tribunal nem o IGAL. Não necessito de respostas deste cariz, o que é necessário é que haja acção interventiva nesta pouca-vergonha e não há.”-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos que manifestou a sua preocupação na segurança do nosso Concelho e perguntou se a Autarquia já tem a funcionar o serviço de vídeo vigilância em determinados pontos da cidade, uma vez que se vive um sentimento de instabilidade que poderá ser fruto das situações de crise que o País atravessa. Refere que à entrada da Tapada, no sentido Almeirim - Santarém, quando chove, faz um lago de água. Deixa o alerta no sentido de serem tomadas medidas para resolver o problema. Por último expõe que recebeu do Inspector da IGAL cópia dos processos judiciais da Autarquia do ano de dois mil e sete.-----

-----O Senhor Presidente informou que no dia vinte e oito de Janeiro de dois mil e nove, saiu em Diário da Republica a suspensão parcial do PDM de Almeirim.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos pediu para ser retirado da Ordem de Trabalhos a sua proposta para criação de Regulamento de Atribuição de Bolsas a Estudantes Universitários - Voluntariado.-----

-----O Executivo concordou com a retirada da proposta.-----

-----O Vice-Presidente apresentou verbalmente proposta para homenagear o Clube de Futebol - União Futebol Clube de Almeirim, pela Comemoração dos setenta e cinco anos de actividade.-----

-----O assunto vai à próxima reunião com proposta escrita para atribuição de medalha.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha justificou a sua ausência



na anterior reunião por motivos de saúde.-----

-----O Executivo deliberou concordar.-----

-----

-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

----- PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento do despacho de deferimento proferido em sede de projectos globais, referente ao processo de obras a seguir indicado, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Concelho - Sociedade de Construções, Limitada, trezentos e noventa e dois de dois mil e sete; José João Pardal Aldeinhas Fiúza, cento e onze de dois mil e oito.-----

-----

-----

-----**4- OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA LOURENÇO DE CARVALHO - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: " Conjugando o número um do artigo trinta e seis, o artigo trinta e oito, o número dois do artigo quarenta, todos do Código do Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto - Lei dezoito de dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, com a alínea b) do número um do artigo dezoito do Decreto -Lei número cento e noventa e sete de noventa e nove, de oito de Junho, e ainda da alínea q) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei cinco A de dois mil e dois, de onze da Janeiro, proponho:-----

-----Que seja autorizada a despesa, bem como aprovada a decisão de contratar através do lançamento de Concurso Público, e ainda aprovar o Projecto, Programa de procedimento e Caderno de Encargos para execução da obra "Requalificação da Praça Lourenço de Carvalho".-----

-----A documentação relativa à empreitada acima indicada encontrava-se no Gabinete dos Senhores Vereadores para

consulta.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha Perguntou qual a alternativa em termos de estacionamento para quem habitualmente estaciona naquele local, e perguntou porque é que se encomenda sempre a uma empresa exterior estes projectos, quando temos técnicos na Câmara tão bons para fazerem estes projectos, como o Arquitecto Sampaio.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha, alertou ainda o facto do pequeno parque infantil estar colocado à beira da estrada, quando o espaço vocacionado para peões é enorme, e considera que a situação deve ser alterada.-----

-----Acrescentou a mesma Autarca que em relação ao concurso público estranha que não haja valor base de proposta.-----

-----Posto a votação a Proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco votos a favor dos Senhores, Presidente da Câmara, Vice-Presidente, Vereadores José Carlos da Silva, Joana Vidinha e Pedro Pisco dos Santos, a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha e o voto contra e de vencido do Vereador Francisco Maurício, que fez a seguinte declaração de Voto: "Voto contra e faço voto de vencido porque acho que é um mau projecto que não vai de encontro às necessidades do local: Reduz muito o estacionamento, não tem em conta o futuro funcionamento da esplanada, pois não a contempla com casas de banho nem arrecadação, é atravessada por uma via que tem o aspecto de ser rápida, o que não é aconselhável para o local e tem um preço muito elevado."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: "Abstenho-me por três razões: a primeira porque é uma zona que estou ligada e não me quero pronunciar sobre a urgência da obra; A segunda porque não foi garantido estacionamento alternativo durante a realização das obras; A terceira porque não ficou garantido que o parque infantil vai ser deslocado."-----

-----  
-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----CLASSIFICAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA - O Senhor Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve:-----

----- "PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DE PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE EXPROPRIAÇÃO, COM CARACTER DE URGÊNCIA E CONSEQUENTE POSSE ADMINISTRATIVA-----

-----"Pretende a Câmara Municipal de Almeirim, ao abrigo das competências que lhe são conferidas pelas disposições conjugadas da alínea c) do número um do artigo treze e alínea a) do número um do artigo dezoito da Lei cento e cinquenta e nove de noventa e nove, de catorze de Setembro, e da alínea f) do número dois e alínea c) do número sete do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro com a redacção que lhe foi dada pela Lei cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, levar a feito, em regime de empreitada de obra pública a requalificação do entroncamento definido pelas Ruas Padre Eduardo Rodrigues da Silva e Rua Dr. Guilherme Nunes Godinho, em Fazendas de Almeirim.-----

-----Essa requalificação justifica-se plenamente porquanto a intercepção dos referidos arruamentos forma um ângulo de cerca de trinta graus, o que leva a que, que circule no sentido poente barra nascente pela Rua Dr. Guilherme Nunes Godinho não tenha visibilidade. Este facto tem determinado a ocorrência de variados acidentes de viação de que resultaram, para além de avultados danos materiais, ferimentos graves em pessoas e perda de vidas humanas, sendo por isso, urgente por cobro a esta situação.-----

-----Visando essa requalificação, foi iniciado, nos termos do artigo onze do Código das Expropriações, a tentativa de aquisição, por via de direito privado, de uma parcela de terreno, que não teve sucesso.-----

-----A requalificação revela-se da maior urgência, de modo a estar concluída antes do Verão, época em que especialmente aumenta o trânsito no local, em particular de tractores, em

resultado da intensificação dos trabalhos agrícolas que nessa altura do ano se verificam.-----

-----A parcela a expropriar, com a área de trezentos e setenta e nove vírgula sessenta e dois metros quadrados, situada no gaveto dos referidos arruamentos, foi avaliada em quarenta e sete mil quatrocentos e trinta e sete euros, estando localizada em zona definida pelo Plano Director Municipal de Almeirim, ratificado pela Resolução do Concelho de Ministros número quarenta e oito barra noventa e três, de um de Junho, alterado pela Resolução de Conselho de Ministros número setenta e um de dois mil e um, de vinte de Junho, como "Área Urbana - Zona ZHC - Zona Urbana a Consolidar" da Vila de Fazendas de Almeirim.-----

-----Assim, dado não ter sido possível a aquisição por via de direito privado, cumpre à Câmara Municipal de Almeirim, nos termos das disposições conjugadas do artigo dez, alínea a) do número um do artigo catorze e do artigo dezanove do Código das Expropriações e da alínea c) do número sete do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, deliberar resolução de expropriação e consequentemente de requerer ao membro do Governo competente a declaração de utilidade pública da expropriação, com carácter de urgência e consequente posse administrativa da parcela identificada nos termos seguintes:--

-----Um - Identificação do Prédio:-----

-----Um ponto um - Localização (Freguesia): Fazendas de Almeirim-----

-----Um ponto dois - Conservatória do Registo Predial: número dois dois zero três-----

-----Um ponto três - Matriz Urbana: artigo quatrocentos e dez e oitocentos e oitenta e dois-----

-----Dois - Proprietários (herdeiros de Manuel Felício Cocharro):-----

-----Dois ponto um - António Manuel Florêncio Cocharro, Rua

Coronel António Manuel Batista, cinquenta e um, dois mil e oitenta traço quinhentos e trinta e sete, Fazendas de Almeirim-----

-----Dois ponto dois - Madalena Florêncio Cocharro Castelo da Silva, Rua de S. Tomé, dezassete, dois mil e oitenta traço quinhentos e quarenta e nove, Fazendas de Almeirim-----

-----Dois ponto três - Osvaldo Florêncio Cocharro, Rua Padre Eduardo Rodrigues da Silva, vinte e três, dois mil e oitenta traço quinhentos e quarenta e nove, Fazendas de Almeirim-----

-----Dois ponto quatro - Violeta Florêncio Cocharro Vieira, Rua Coronel António Manuel Batista, setenta e oito, dois mil e oitenta traço quinhentos e trinta e sete, Fazendas de Almeirim-----

-----Dois ponto cinco - Vítor Manuel Florêncio Cocharro, Rua Augusto do Carmo Ribeiro, dezassete, rés do chão direito, dois mil e oitenta traço zero sessenta e três, Almeirim-----

-----Dois ponto seis - Adília Maria Simões, Rua Coronel António Manuel Batista, quarenta e sete, dois mil e oitenta traço quinhentos e trinta e sete, Fazendas de Almeirim-----

-----Três - Parcela a expropriar:-----

-----Três ponto um - Área: trezentos e setenta e nove vírgula sessenta e dois metros quadrados (a desanexar do prédio dois dois zero três barra Fazendas de Almeirim)-----

-----Três ponto dois - Confrontações: Norte: Parte subsistente, Sul e Nascente com Rua Dr. Guilherme Nunes Godinho e Poente com Rua Padre Eduardo Rodrigues da Silva-----

-----Quatro - Encargos a suportar com a expropriação:-----

-----Quarenta e sete mil quatrocentos e trinta e sete euros---

-----Cinco - Causa de Utilidade Pública:-----

-----Requalificação Urgente, em regime de empreitada de obras públicas, do entroncamento da Rua Dr. Guilherme Nunes Godinho com a Rua Padre Eduardo Rodrigues da Silva-----

-----Seis - Previsão em PDM:-----

-----Área Urbana - Zona ZHC - Zona Urbana a Consolidar-----

-----Sete - Normas Habilitantes:-----

-----Artigo dez, artigo catorze, número um, alínea a) e artigo dezanove do Código das Expropriações, artigo sessenta e quatro, número sete, alínea c) da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção da Lei número cinco A de dois mil e dois."-----

-----Acompanha a proposta acima indicada ofício da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, solicitando a requalificação do cruzamento acima indicado, porque ocorrem diversos acidentes, alguns mortais, onde a colisão entre veículos é constante e atropelamento de peões. -----

-----Está também anexo informação da GNR de Almeirim dando conta que no cruzamento acima aludido *"tem-se verificado que ocorrem diversos acidentes de viação com consequências graves, inclusivamente com perdas de vidas humanas"*.-----

-----O Parecer do Técnico da Divisão de Obras refere que para *"resolver / minorar o conflito do transito naquele local, pode-se considerar duas hipóteses, sendo a primeira a semaforização do entroncamento e segunda o redesenho do entroncamento através da criação de mais faixas (facilitadoras da mudança de direcção) ou por introdução de uma rotunda (esta será, talvez a melhor solução uma vez que induz menos paragens com a consequentes mais valias em termos de consumos e tempo de espera."*-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou porque é que não se entrou primeiro em negociação. Acrescenta que há uma disparidade muito grande de metros quadrados. Primeiro era para se fazer uma negociação para vinte metros quadrados e porque é que agora se faz uma expropriação de trezentos e setenta e nove metros quadrados; Porque é que não houve acordo. E pergunta como é que se chegou a este valor.-----

-----O Senhor Presidente informou que o preço apresentado foi por avaliação de perito do Tribunal.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse que; *"em defesa do interesse público quero ver os documentos de avaliação do perito."*-----

----- O Senhor Vice-Presidente lembrou que o cruzamento é muito

complicado e que todos os Vereadores, em tempos, vieram dizer que o local necessitaria de medidas urgentes para evitar situações de acidentes, e constata que hoje ninguém está em condições de deliberar sobre a expropriação. Acrescenta que o importante é que o assunto seja resolvido o mais rápido possível. -----

-----Posta à votação a proposta acima referida foi a mesma aprovada por maioria, com seis votos a favor, dos Senhores Presidente, Vice-Presidente, Vereadores Joana Vidinha, José Carlos da Silva, Pedro Pisco dos Santos e Manuela Cunha, o voto contra e de vencido do Senhor Vereador Francisco Maurício que ditou a seguinte declaração de voto: "Voto contra e faço voto de vencido porque este processo não é transparente. Não conheço qualquer diligência efectuada junto dos proprietários, ao que julgo saber apresentaram uma contra proposta que não nos é presente e nunca obtiveram uma resposta. Ao que julgo saber, neste processo não foi seguida a mesma metodologia que se utilizou na avaliação dos terrenos do Centro Escolar e da Casa da Cultura das Fazendas. Porquê? Não está a Câmara Municipal obrigada ao dever de equidade para com todos os seus munícipes. Ao que julgo saber, a pretensão de passar o interesse em quarenta metros quadrados para trezentos e setenta metros quadrados é muito recente e não terá sido bem discutida. Ao que julgo saber, o terreno está localizado na zona que permite a construção mais alta na freguesia dois andares. Ao que julgo saber a divergência terá um significado relativo quarenta mil euros e deve ser objecto de negociação séria. Por mim só admito expropriações, se for de todo impossível salvaguardar o interesse público, o que não é o caso."-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha ditou a seguinte declaração de voto: "Voto favoravelmente a proposta apresentada porque vem resolver um problema de acidentes rodoviários e porque me foi garantido pelo Senhor Presidente da Câmara que o preço estabelecido por metro quadrado para expropriação foi definido pelo perito do Tribunal e que tem o documento que nos

vai ser entregue após esta reunião."-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos ditou a seguinte declaração de voto: "Voto a favor por considerar que a explicações apresentadas e as alterações levam a votar a favor da declaração de utilidade pública e a consequente posse administrativa. O PSD considera urgente esta obra dado que aquele cruzamento representa um perigo para todos aqueles que circulam na via pública. Aliás, para o PSD esta obra já deveria ter sido feita há muito dado que o problema há muito que é conhecido e as soluções também já tinham sido apresentadas."-----

-----PROPOSTA DE DEMOLIÇÃO DE PRÉDIOS - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta: "Considerando o estado de degradação dos prédios assinalados em Planta;-----

-----Considerando que um deles ameaça derrocada;-----

-----Considerando a falta de parque de estacionamento na Cidade;-----

-----Propõe-se, intervenção na sua demolição, nas seguintes condições:-----

-----A Câmara suportará os custos da demolição;-----

-----Os Proprietários cederão o espaço por um período de quatro anos como compensação desse custo;-----

-----Após esse período os Proprietários terão e direito de construir naquele espaço;-----

-----Mas se a opção for outra a Câmara e os Proprietários poderão acordar um valor (renda) para ocupação posterior do espaço".-----

-----De referir que o local dos prédio se situa na Rua do Paço, em Almeirim, conforme planta de localização que junto se anexa a esta acta dela fazendo parte integrante. -----

-----A Senhora Vereadora da CDU perguntou ao Senhor Presidente qual o valor atribuído, previsto para a demolição para se poder avaliar da compensação dos anos de ocupação.-----

-----O Senhor Presidente responde que se fosse com o nosso pessoal seria um preço, se for com empreiteiro, será outro.-----



-----Posta à votação a proposta acima indicada, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----Ausentou-se da sala o Senhor Vereador José Carlos da Silva.-----

-----ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA ECOLEZIRIA - O Senhor Presidente apresentou as alterações aos estatutos da Ecoléziria, para aprovação da Câmara Municipal e posterior ratificação em Assembleia Municipal. As alterações efectuadas são para cumprimento da Lei número 53-F/2006 de vinte e nove de Dezembro, e encontram-se devidamente assinaladas, conforme havia sido sugerido em anterior reunião.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar as alterações propostas.-----

-----Regressou a Sala do Senhor Vereador José Carlos da Silva.--

-----Saiu da mesa o Senhor Vereador Francisco Maurício e passou para a bancada do público.-----

-----PAGAMENTO A ADVOGADO - Foi presente a carta do Advogado, Vítor Figueiredo, solicitando o pagamento de despesas e adiantamento por conta de honorários, relativos à representação do Senhor Vereador Francisco Maurício do Rosário.-----

----- O assunto volta à próxima reunião com parecer do jurista.-

-----Regressou à mesa o Senhor Vereador Francisco Maurício.-----

-----MEDIDAS SOCIAIS E DE RELANÇAMENTO DA ECONOMIA LOCAL - O Senhor Vereador Francisco Maurício apresentou uma proposta para aprovação de um conjunto de medidas com vista a minimizar a situação dos grupos que mais sofrem, os cidadãos e as famílias

mais desfavorecidas. Os trabalhadores, as pequenas empresas, os excluídos - que foram e estão a ser atingidos pela actual crise financeira e económica no Concelho de Almeirim.-----

-----O assunto vai ser tratado na próxima reunião porque não foi entregue para distribuição ao restante Executivo, no período estipulado na lei.-----

-----COMPOSTAGEM - O Senhor Vice-Presidente apresentou o projecto de compostagem. Referiu que se trata de um processo biológico em que os microrganismos transformam a matéria orgânica, folhas e aparas de jardim, papel e restos de comida, num material semelhante ao solo a que se chama composto.-----

-----O mesmo Autarca referiu que este processo traz vantagens porque poupa transporte e custos de deposição de resíduos, que de outra forma não teriam o destino final adequado e que o seu uso aumenta os nutrientes do solo, reduzindo o recurso aos fertilizantes químicos, pois este processo produz um adubo rico em matéria orgânica e a custo zero. É também simples de produzir, pois não requer conhecimentos técnicos.-----

-----Para aderir ao projecto e receber gratuitamente um compostor caseiro de duzentos e oitenta litros, os munícipes interessados deverão preencher uma ficha de inscrição e ter em consideração os requisitos mínimos, aproximadamente a área de vinte metros quadrados de área livre, para colocação do equipamento. Foi ainda referido pelo Senhor Vice-Presidente que *"a elaboração deste Projecto Piloto permite avaliar a quantidade de resíduos que não vão para aterro. Após essa análise veremos se alargam ou não o projecto a quem queira, sem restrições de números clausus."*-----

-----TRANSITO - Foi presente a carta de Paulo Alexandre Ramos Machado, solicitando a colocação de dois pinos de estacionamento ou uma "raia" de modo a que seja possível fazer a entrada e saída da garagem do prédio sito na Rua das Faias, número oitenta e seis em Almeirim, visto que os veículos estacionam em cima da

entrada e dificultam o acesso à garagem.-----

-----A Câmara deliberou pintar raias no chão.-----

-----TOPONIMIA - Foi presente o ofício da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, apresentando proposta para nomes de Ruas na Urbanização do Alqueve, a seguir transcrita:-----

-----"A Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, propôs à Assembleia de Freguesia de Benfica do Ribatejo, na sua Sessão Ordinária de trinta de Setembro de dois mil e oito, a presente proposta de nomes para as Ruas da Urbanização do Alqueve, que foi aprovada por unanimidade.-----

-----Primeira: Rua que liga a Rua Afonso Costa, que passa pelo Salão Paroquial e segue até ao final da Associação de Solidariedade Social de Benfica do Ribatejo e termina na Rua Manuel Calixto Tendeiro (nova) e que tem entre si os lotes de um a trinta e sete, passa a designar-se por Rua Padre António Rodrigues Bento.-----

-----Segunda: Rua que circunda o Pavilhão Desportivo de Benfica do Ribatejo, que parte da Rua C no loteamento a norte e oeste que tem entre si os lotes quarenta e sessenta e quatro, mais os lotes cento e trinta e seis e cento e trinta e sete, passa a ter a designação de Rua Dr. Manuel Marneco Evaristo.-----

-----Terceira: Rua que começa com a saída do cruzamento das Ruas António Batista com a Rua Dr. António Moita e termina na Rotunda do Alqueve, que tem entre si os lotes setenta e nove e cento e quinze, passa a designar-se por Rua Manuel Calixto Tendeiro.-----

-----Quarta: Rua designada por Rua E no loteamento que comporta os lotes de cento e trinta e oito a cento e quarenta e seis, passa a designar-se por Rua Leonor da Silva Gomes.-----

-----Quinta: Rua designada no loteamento por Rua F que começa no entroncamento da Rua António Batista e vai à Rua E (actualmente sem saída), que comporta os lotes desde o cento e dezanove até ao cento e quarenta e sete de um dos lados, passa a designar-se por Rua Dr. Abílio Faria Augusto.-----

-----Sexta: Rua designada por Rua A e em toda a sua extensão,

que comporta os lotes desde o sessenta e cinco até ao cento e trinta e dois e sua restante extensão, passa a designar-se por Rua Vinte e Um de Junho.-----

-----Sétima: Rua designada por Rua B no loteamento que vai do Posto Médico até à Rotunda e que comporta os lotes desde o cinquenta e três até ao sessenta e três, mais cento e trinta e cinco, passa a designar-se por Rua José Martins Apolinário."----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta acima indicada.-----

-----PROVA DE RESISTENCIA - Foi presente a carta do Grupo Desportivo Raposense, solicitando a colaboração da Autarquia para a realização da Provas de Resistência do primeiro Troféu Tigres do Pedal, que se realizará no próximo dia vinte e dois de Fevereiro do corrente ano.-----

-----A Câmara deliberou conceder cento e trinta sandes e cento e trinta peças de fruta, no valor de cem euros.-----

-----PEDIDO DE PAGAMENTO DE DESPESAS - Foi presente o requerimento da funcionária Palmira Marques Alves Vicente informando que devido a acidente de serviço necessitou de fazer tratamento de fisioterapia no valor total de duzentos e cinquenta e dois euros e no transporte para os tratamentos cinquenta euros, perfazendo o total de trezentos e dois euros, valor do qual pretende ser ressarcida. -----

-----A Câmara deliberou pagar o valor acima referido.-----

-----OFICINA DE POESIA - Foi presente a informação da Responsável da Biblioteca Municipal de Almeirim, Dr<sup>a</sup> Eulália Manso, comunicando que nos próximos dias catorze de Fevereiro e vinte e oito de Março, se irá realizar no âmbito do Plano Nacional de Leitura, a Oficina de Poesia, que contará com o apoio do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.--

-----A proponente solicita o pagamento do transporte dos elementos que participam no evento e se deslocam de Coimbra para

Almeirim, no valor de duzentos e trinta e oito euros e cinquenta cêntimos, ao Centro de Estudos. -----

-----A Câmara deliberou pagar o valor proposto.-----

-----GRUPO PARLAMENTAR - A Câmara tomou conhecimento do mail enviado pelo Grupo Parlamentar - Os Verdes, dando informações sobre o Plano Nacional de Promoção da Bicicleta e de outros meios de Transporte Suaves.-----

-----A Câmara tomou conhecimento do ofício da Associação Portuguesa dos Limitados da Voz, que dá conhecimento das acções desenvolvidas pela Associação.-----

-----PAINEIS DE ENTRADA DE CIDADE - Foi presente o ofício da JCDecaux Portugal - Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda, informando que o preço referente ao contrato de manutenção de Painéis de Entrada de Cidade, existente entre a Autarquia e a empresa, foi actualizado para o ano de dois mil e nove, com base na evolução dos elementos de fórmula constante do número três do Artigo terceiro, do referido contrato. Assim, por cada painel de entrada de cidade, o preço líquido passará a ser de vinte e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade concordar com a actualização proposta.-----

-----PEDIDO DE APOIO - Foi presente o ofício do Centro Paroquial de Bem Estar Social de Almeirim, solicitando apoio para remodelar o espaço exterior do Lar de Idosos, a fim de promover um maior conforto aos utentes até à construção de novas instalações.-----

-----A Câmara deliberou entregar aos serviços técnicos para análise e posterior reparação do que for possível.-----

-----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----DIREITO DE SUPERFICIE - A Câmara deliberou não usar o direito de preferência na venda que Domingos Jorge Bretes Seco, vai fazer da fracção autónoma, designada pela letra "B", do prédio urbano sito na Avenida D. João I, bloco cinco, rés do chão esquerdo em Almeirim, descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim sob o número 2142, e inscrito na matriz sob o número 5244.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----TRANSFERENCIAS - A pedido das respectivas entidades a Câmara deliberou conceder as seguintes transferências: Clube de Futebol de Benfica do Ribatejo, duzentos e setenta e nove euros, para aquisição de máquina de lavar; Clube dos Amadores de Pesca do Ribatejo, mil oitocentos e setenta e cinco euros, para apoio nas despesas com as inscrições e filiações de pescadores; Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, dois mil trezentos e oitenta e seis euros e cinquenta cêntimos, para apoio às despesas com as inscrições das equipas nas respectivas Associações; Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, setecentos e cinquenta euros, para apoio à realização da prova "Masters do Motocross" a realizar dia oito de Fevereiro de dois mil e nove, Comissão Organizadora Carnaval de Benfica do Ribatejo, dois mil euros, para apoio aos festejos de Carnaval para o ano de dois mil e nove; Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim, novecentos euros para apoio às actividades da Associação; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Ciclismo - seis mil e trezentos euros para aquisição de viatura; Centro Paroquial Bem Estar Social de Almeirim, quatro mil e novecentos euros para aquisição de Sistema de Detecção de Incêndios; Associação Abraço, mil e quinhentos euros, para aquisição de cem exemplares do livro " VIH, O Bicho da Sida"; Centro de Recuperação Infantil de Almeirim, setecentos e sessenta e cinco euros, para apoio ao almoço a realizar dia

dezoito de Fevereiro aquando do Segundo Encontro "Marcar a Diferença a Dançar";-----

----- AUTOCARRO - A Câmara deliberou contabilizar as despesas dos autocarros ao serviço das respectivas entidades: Centro Paroquial, duzentos e vinte e nove euros e cinquenta cêntimos; Escola e Jardim de Infância de Tapada, vinte e oito euros e sessenta e três cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Natação - duzentos e setenta e oito euros e cinquenta e oito cêntimos; Escolas P- Três, cento e oitenta e um euros e dezanove cêntimos; Escola P - Três e Foros de Benfica, cento e trinta e cinco euros e dezoito cêntimos ; Hóquei Clube "Os Tigres", quinhentos e quarenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos; Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município - três mil e cinquenta e três euros e trinta e oito cêntimos; Escola Academia do Sporting de Almeirim, duzentos e quarenta e oito euros e treze cêntimos; Escolas de Marianos, S. José de Fazendas de Almeirim e Raposa, cento e cinquenta e seis euros e quarenta e seis cêntimos; Escolas de Paço dos Negros, Fazendas E - B dois e três e S. José, cento e seis euros e vinte e um cêntimos; Escola Febo Moniz, quarenta e nove euros e doze cêntimos; Associação Desportiva Paço dos Negros - Futsal, duzentos e oitenta e quatro euros e noventa e oito cêntimos; USAL, duzentos e vinte e quatro euros e trinta e um cêntimos; Igreja de Benfica do Ribatejo, duzentos e noventa e quatro euros e trinta e três cêntimos; Escola Secundária de Almeirim, trinta e nove euros e setenta e dois cêntimos; Associação Vinte Quilómetros de Almeirim - Secção de Andebol, cento e quarenta e sete euros e setenta e seis cêntimos; Escola p - Três e Cortiços, trezentos e cinquenta e cinco euros e três cêntimos.-

-----ACTAS - Foi posta à aprovação a acta de dezanove de Janeiro de dois mil e nove, previamente distribuída a todos os Autarcas.

Os Senhores Vereadores Pedro Pisco dos Santos e Francisco Maurício ordenaram correcções, mediante as quais poderão considerar a acta aprovada.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezassete horas e dezassete minutos o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

----Presidente da Câmara, \_\_\_\_\_ A Assistente Administrativa